



Câmara Municipal de Campo Grande **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.

CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

Projeto De Lei Legislativo nº 12237/2025

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DAS PENALIDADES DE MULTA DE TRÂNSITO DE NATUREZA LEVE APLICADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS EM DOAÇÃO DE SANGUE E MÉDULA ÓSSEA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica estabelecida, no âmbito do Município de Campo Grande-MS, a conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve aplicadas pela autoridade municipal de trânsito, em doação voluntária de sangue ou de medula óssea a unidades oficiais de hemoterapia, nos termos desta Lei.

§ 1º Considerar-se-á doador de sangue, para fins desta Lei, o condutor que comprove haver realizado, no período de 12 (doze) meses anteriores ao requerimento, pelo menos 2 (duas) doações, se homem, e 1 (uma) doação, se mulher.

§ 2º Dentro do período previsto no § 1º deste artigo, o doador de sangue poderá requerer a conversão em doação para até 2 (duas) multas de natureza leve.

§ 3º O disposto no caput não se aplica às multas decorrentes de infrações cometidas por veículos registrados em unidade federativa diversa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º O doador deverá solicitar ao órgão que realizar a coleta de sangue a emissão de certificado de doação voluntária, em que constem as seguintes informações: nome completo, número da carteira de identidade, inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), data da doação, carimbo do órgão, assinatura do responsável técnico, bem como o histórico completo das coletas realizadas.

Art. 2º O doador deverá solicitar ao órgão responsável pela coleta a emissão de certificado de doação voluntária, no qual constem, obrigatoriamente:

- I** - nome completo;
- II** - número da carteira de identidade;
- III** - inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- IV** - data da doação;
- V** - identificação e carimbo da unidade hemoterápica;
- VI** - assinatura do responsável técnico;
- VII** - histórico completo das coletas realizadas.

Art. 3º Comprovada a doação de sangue e deferida a conversão da multa, os pontos decorrentes das infrações de natureza leve abrangidas pelo benefício, nos termos do § 2º do art. 1º



Câmara Municipal de Campo Grande **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.

CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

desta Lei, serão desconsiderados para fins de contagem subsequente no prontuário do condutor.

Art. 4º O condutor, munido do certificado de doação de sangue ou de medula óssea, deverá dirigir-se ao órgão municipal competente para requerer a conversão da penalidade, nos termos desta Lei.

Art. 5º O não atendimento às exigências estabelecidas pela autoridade municipal de trânsito implicará a perda do direito à conversão da penalidade, devendo o infrator proceder ao pagamento da multa pelos meios previstos na legislação vigente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2025.

André Salineiro.

1º Vice-Presidente - PL

Justificativa

A presente proposta de lei tem como objetivo a possibilidade de conversão do pagamento de multa de trânsito de natureza leve, impostas pela autoridade de trânsito no Município, em doação de sangue ou medula óssea a unidades oficiais de hemoterapia, nos termos dessa lei.

A proposta tem como objetivo primordial incentivar o aumento os estoques de sangue e medula óssea nos serviços oficiais de hemoterapia, contribuindo para salvar vidas e atender à crescente demanda por transfusões e transplantes nos hospitais da cidade e da região. Trata-se de uma política pública de alta conscientização social à ampliação do acesso a tratamentos vitais em especial nos períodos de escassez.

A doação voluntária de medula óssea representa um gesto de empatia e responsabilidade com o próximo. No entanto, ainda há grande necessidade de campanhas contínuas que estimulem a população a participar ativamente desses atos de solidariedade. Assim, a conversão de penalidades leves em ações de doações voluntárias surge como uma alternativa viável, segura e humanitária.

Importa destacar que a medida possui caráter educativo, reforçando a importância do respeito às normas de trânsito ao mesmo tempo que proporciona um caminho alternativo de reparação social.



Câmara Municipal de Campo Grande **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Avenida Ricardo Brandão, 1600.

CNPJ: 03.514.106/0001-00 / Telefone: (67) 3316-1600

A proposta encontra amparo na Constituição Federal, especialmente nos princípios da dignidade da pessoa humana no que dispõe o art. 1º, inciso III, da solidariedade social e da função social das normas sancionatórias, bem como no dever do Estado de promover políticas públicas voltadas à saúde, conforme está previsto no art. 196 da supra mencionada Carta Magna. A doação de sangue e de medula óssea constitui ato essencial à manutenção do sistema público de saúde, contribuindo diretamente para a preservação da vida.

Ressalta-se que a proposta não implica isenção automática de penalidade, mas sim a conversão da sanção pecuniária, exclusivamente para infrações de natureza leve. Trata-se de mecanismo que reforça o caráter pedagógico da sanção, promovendo maior conscientização cidadã e responsabilidade social do infrator.

Ademais, a iniciativa se harmoniza com políticas públicas já existentes de incentivo à doação de sangue e de medula óssea, reconhecidas nacionalmente como insuficientes frente à demanda dos bancos de sangue e registros de doadores. Ao estimular a doação voluntária, o projeto contribui para a redução de déficits recorrentes nos estoques e amplia o cadastro de doadores, sem gerar ônus adicional ao erário.

Pelo exposto, em virtude da relevância da matéria, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2025.

Campo Grande/MS, 18 de Dezembro de 2025.

André Salineiro.
1º Vice-Presidente - PL